



# Anais da Assembléia

D.A. 95

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nelvo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

**13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1997**

**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal, vinte (20) Senhores Deputados até o presente instante.

Há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1386**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Decreto Legislativo nº 006/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**REQUERIMENTO Nº 1407**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 272/97, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk e Sâmis da Silva, que dispõe sobre a Anistia Tributária e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

**REQUERIMENTO Nº 1409**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inversão na Ordem do Dia, dando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 230/97, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 1408**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, # 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação

da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação: Projetos de Lei nºs 183/97, 184/97, 203/97, 204/97, 250/97 e 251/97.

Sala das sessões, em 11.06.97.

(a) EDGAR BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 55/97, que visa conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao "Rei Pelé", Senhor Edson Arantes do Nascimento, por verificar que o referido título já foi concedido e entregue ao "Atleta do Século", conforme dispõe a Lei nº 6.130/70.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) CARLOS SIMÕES

#### REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 159/97, de minha autoria, que proíbe a venda direta de fogos de artifícios a menores de 18 anos.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 1400

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja realizada Sessão Especial, em apoio ao Clube Atlético Paranaense e em desagravo pela injustiça praticada pela Confederação Brasileira de Futebol contra o grande clube paranaense.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(aa) JOSÉ TAVARES

ANIBAL KHURY

Apoio: Angelo Vanhoni

JUSTIFICATIVA:

O Clube Atlético Paranaense, clube das maiores tradições do nosso País, está sendo penalizado de forma discriminatória pelo Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Futebol.

A Assembléia Legislativa do Estado, legítima representante do povo paranaense, se manifesta com veemência contra este ato ditatorial da CBF, feito unicamente para beneficiar um clube carioca que foi rebaixado para a 2ª Divisão do Campeonato Brasileiro.

Entendemos que o Clube Atlético Paranaense e o seu Presidente foram vítimas de um diretor da própria Confederação, que pretendia se locupletar e tentou chantagear a diretoria atleticana, com ameaças de arbitragens maléficas ao clube paranaense.

Isto posto, esperamos o apoio dos nobres Pares ao presente Requerimento, pois o Atlético é uma paixão que não pode morrer e essa Casa de Leis tem o dever de defender a paixão de grande parte do povo do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado à família do Prefeito Municipal de Nova Prata do Iguacu, Setembrino Thomazi, na pessoa de sua esposa, Senhora Casilda Morari Thomazi, e de seu filho, Senhor José Thomazi, as manifestações de profundo pesar desta Assembléia Legislativa, pelo seu falecimento ocorrido no dia 09 de junho, naquele município.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente a finalidade de prestar uma última homenagem a uma pessoa de grande valor e muitas qualidades, a um político que, por diversas vezes, ocupou cargos públicos e que sempre colocou os interesses da comunidade acima de preocupações pessoais.

Os muitos exemplos deixados pelo Prefeito Setembrino, tanto na vida pública quando no seu relacionamento com a família e com os inúmeros amigos que conquistou em todos os lugares onde esteve, temos certeza, nortearão os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Almiro Fagundes, no Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Requer ainda, que do teor do presente dê-se ciência à família, no endereço a seguir: Rua Pedro Blageski, 37 - Ponta Grossa - PR (CEP 84.050-310).

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O extinto era comerciante aposentado e vivia há mais de 40 anos em Ponta Grossa, onde constituiu grande família. Pessoa de sólidos princípios morais e religiosos, deixa para os filhos, netos, bisnetos e amigos, um grande legado de amor ao próximo, embasado nos ensinamentos cristãos.

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal CLEUSA NOGUEIRA KOKE e NICANOR NICOLAU KOKE, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificaram ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Imprensa Oficial do Estado do Paraná, alusivos à comemoração do seu cinquentenário de Fundação, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Geral, Senhor Ênio Malheiros, através de correspondência a ser encaminhada à Rua dos Funcionários, 1645, CEP 80035-050, nesta Casa.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado à Associação Cultural Desportiva de Uraí, votos de congratulações pela comemoração da 64ª Exposição Agrícola e Industrial de Uraí, que realizar-se-á nos dias 21 e 22 de junho do ano corrente.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A, pela comemoração dos 20 anos de inauguração da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Município de Araucária, neste Estado.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Superintendente da REPAR, José Carlos Cosenza, através de correspondência a ser encaminhada à BR-476, km 16, Araucária - PR - CEP 83700-970.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

Foi no ano de 1977 que a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), iniciou suas atividades no Município de Araucária. Havia, na época, a necessidade de se responder à crescente

demanda de combustíveis no Paraná e Santa Catarina, pois ambos os Estados eram, até então, atendidos por refinarias de outros pontos do Brasil.

Hoje, depois de 20 anos em operação, a REPAR é considerada a principal empresa do setor químico paranaense e a maior indústria do Sul do Brasil por seu volume de estoques, sendo responsável por 13% da produção nacional de petróleo. Além de atender o mercado interno e regiões de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, a Refinaria exporta derivados para outros países, como o Paraguai e os Estados Unidos.

Seguindo a política de preservação do meio ambiente de todas as refinarias, a REPAR mantém permanente capacitação quanto aos cuidados ambientais. Desde o início de suas atividades, investe milhões na área, principalmente no plantio de mudas de árvores, tendo em vista o combate à erosão, à purificação da atmosfera e o abrigo de pequenos animais e pássaros.

A preocupação com a ecologia também está refletida nos procedimentos adotados pela Refinaria. Possui equipamentos para monitoramento da qualidade do ar, tochas que queimam gases residuais provenientes do refino do petróleo, como também controle nas chaminés, filtros e outros dispositivos para evitar a emissão de poeiras à atmosfera. Além disso, registra um dos melhores índices de segurança operacional e ambiental entre os terminais e dutos da PETROBRÁS.

Pode-se afirmar que a instalação da REPAR é que alavancou o desenvolvimento do município, que atualmente é o segundo pólo industrial do Estado. A contribuição para a arrecadação, através do ICMS, é fundamental não só para Araucária como para o próprio Estado do Paraná.

É importante frisar também que a PETROBRÁS-REPAR está sempre presente em campanhas institucionais com finalidades educativas, esportivas e benéficas, visando promover o bem-estar social.

#### REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor Presidente.

Com base no que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual e nas Disposições Regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta

Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa se existem estudos no sentido de implantar o pagamento de Horas Extras, Adicional Noturno e Vale-Refeição para os Policiais Militares, em razão das características de trabalho dessa categoria de servidores públicos estaduais.

A Polícia Militar precisa de reformulações na sua estrutura urgentemente, mas essa mudança deve ser acompanhada pela sociedade civil, sob pena de serem geradas novas normas sem o respaldo e a confiança da população.

Os Policiais Militares devem ser tratados como profissionais encarregados de manter a segurança e, para tanto, necessitam também possuir segurança, seja financeira, seja psicológica, para desempenhar o seu insubstituível papel.

O que se espera é que o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, discuta quais os caminhos para melhorar a qualidade e vida dos policiais militares, para que estes possam efetivamente prestar serviços da melhor qualidade à população. Não basta investir na aparência dos policiais, trocando modelos de fardas ou jaquetas, é preciso que a tropa esteja satisfeita com a respectiva remuneração, sinta-se reconhecida em razão do relevante trabalho que desempenha.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor Presidente.

Consoante prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que informe a esta Assembléia se há previsão para a troca da marca da frota da Polícia Militar, da Chevrolet para Ford.

Se existe esta previsão para a troca dos veículos da frota, solicita-se que enumere as vantagens da troca, se foi efetuado processo licitatório,

bem como quanto essa alteração custará para o Estado.

Solicita-se, outrossim, que informe, especificando ano de fabricação, modelo e número de automóveis, quais os veículos automotores que pertencem à Polícia Militar do Paraná.

Cabe salientar que essas informações se destinam a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO Nº 1404

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, especialmente o contido no artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando ao mesmo que remeta a esta Casa, cópia da legislação que regulamenta a cobrança da Taxa de Segurança recolhida quando policiais militares são designados para o serviço de policiamento em jogos ou feiras.

As informações solicitadas se destinam a esclarecimento público, haja vista que muitos cidadãos indagam sobre o destino desses valores.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Maria Antonieta, localizado no Município de Pinhais, nas proximidades da Igreja Adventista, tendo em vista a presença constante de marginais, deixando todas pessoas muito apreensivas.

A situação é crítica, sendo que estes marginais ao escutarem barulho e carro, escondem-se nas valetas, esperando suas vítimas.

O pedido está sendo feito pelos moradores deste bairro e pedem a presença de policiais o mais breve possível

vel no local, a fim de intimidar a ação dos policiais.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Almir Gaspar, Prefeito Municipal de Lindoeste, congratulando pela passagem de oito anos de emancipação política do município, no dia 12 de junho de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao senhor vice-Prefeito e aos Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam e cumprimentem a população de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Lindoeste é um município conhecido em todos os cantos do Estado pela sua elevada produção agrícola.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelo seu Executivo e Legislativo para bem estruturar aquele município. Mas o trabalho sério e honesto de homens e mulheres que, mesmo em tempos difíceis, depositavam naquele chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Lindoeste se tornasse um município pujante.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Adelar Arrozi, Prefeito Municipal de Ibema, congratulando pela passagem de oito anos de emancipação política do município, no dia 12 de junho de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao senhor vice-Prefeito e aos Vereadores,

para que em nome do Poder Legislativo, recebam e cumprimentem a população de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que Ibema comemora oito anos de emancipação política, constatamos que atravessa atualmente uma grande transformação econômica, política e social.

O trabalho sério e honesto de sua população contribuiu para que Ibema se tornasse um município pujante, onde a classe política faz da idoneidade, probidade e honra, seus principais instrumentos de trabalho.

Com esta proposição, o Legislativo paranaense, através deste Deputado, tributa a justa homenagem à população de Ibema, que na árdua luta de tempos difíceis, deixaram um legado de trabalho e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Joacir Antonio Lazzaretti, Prefeito Municipal de Anahy, pela passagem de 06 anos de emancipação política.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada também ciência ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam e cumprimentem a população de Anahy.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Anahy é um município de seis anos e já destaca-se pela sua administração séria e competente junto ao Prefeito Joacir Antonio Lazzaretti.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pela população, para bem estruturar aquele município. Mas o trabalho sério e honesto de homens e mulheres que, mesmo em tempos difíceis, depositavam naquele chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Anahy se tornasse um município pujante.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àque-la população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz G. Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder asfaltamento através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação", no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" trecho que liga a localidade de Vila Roberto Brzezinski, cruzando a BR-272, passando por São Benedito Km 131, cruzando a Estrada Boiadeira Km 128, até a venda Santa Lúcia na Rodovia PR-558, com aproximadamente 18 (dezoito) quilômetros.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito intenso que demanda acentuado número de alunos das escolas e escoamento de produtos da safra agrícola. Daí a premente necessidade do seu asfaltamento, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Presidente da TELEPAR S/A, solicitando a modernização de todo o sistema, que encontra-se obsoleto, e a ampliação da rede da Central de Irati.

Irati é cidade pólo da região Centro-Sul do Estado e dispensa maiores comentários sobre a pujança dos

municípios que congrega e fortalece a região.

Necessário se faz, portanto, que a TELEPAR - um exemplo de bons serviços prestados - reabra a Central de Atendimentos de Irati (ratificando nosso requerido em 12.05.97), modernize o sistema, amplie a rede e implante o sistema de telefonia celular, que vem de encontro ao que há de mais moderno.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Presidente da TELEPAR S/A, solicitando a implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Irati e Região.

Irati é cidade pólo da região Centro-Sul do Estado e dispensa maiores comentários sobre a pujança dos municípios que congrega e fortalece a região.

Necessário se faz, portanto, que a TELEPAR - um exemplo de bons serviços prestados - reabra a Central de Atendimentos de Irati (ratificando nosso requerido em 12.05.97) e implante este serviço que vem de encontro ao que há de mais moderno.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, ao Município de Farol.

A presente solicitação visa atender os agricultores da regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde do Município de Araruna.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem nenhuma condição financeira para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a apuração imediata sobre a morte do estudante Rafael Rodrigo Zanella e punição dos responsáveis.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do artigo "A TELEPAR e os desafios de FHC", de autoria do Presidente da TELEPAR, ex-Governador Álvaro Dias, publicado na edição de 11 de junho de 1997, no jornal "Folha do Paraná".

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Não bastasse a feliz iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso em escolher o nosso ex-Governador Álvaro Dias para presidir a mais eficiente das empresas do Grupo TELEBRÁS,

a nossa TELEPAR, constatamos agora que o próprio dirigente da empresa, conforme se depreende do artigo "A TELEPAR e os desafios de FHC", publicado no jornal "Folha do Paraná", edição de 11.06.97, está entusiasmado com as amplas possibilidades de melhoria das comunicações brasileiras. Sem ser contrário ao processo de privatização gradual destes serviços, Álvaro Dias deixa transparecer sua competência à frente da TELEPAR quando anuncia que irá lidar com investimentos de R\$ 3,1 bilhões até o ano 2.000. Animado também com a geração de empregos que as obras irão proporcionar por todo o Paraná, em seu brilhante artigo, Álvaro Dias comunga dos ideais do Presidente da República quando vê muito além de um "enxugamento" na máquina pública ao se deslanchar a chamada "reforma do Estado".

Para que se conheça melhor o pensamento do nosso ex-Governador e o ritmo que irá imprimir à TELEPAR, norteando-se como sempre foi de seu feito nos parâmetros da justiça social, é oportuna a leitura de seu texto e por isso estamos pedindo sua transcrição nos Anais deste Poder para que fique para a posteridade. Sua crença no Paraná e no Brasil, fazer de Álvaro Dias um exemplo que a história certamente registrará.

#### REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, matéria do jornal da "Folha de São Paulo" do dia 08 de junho do corrente, na coluna do Senhor Juca Kfourir, com o título "Injustiça".

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) RENATO ADUR

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 273/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada em 19 de fevereiro de 1988, e registrada sob o número 1852, livro 2/A, de pessoas jurídicas, Cartório de 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos.

A Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, promove o atendimento social, beneficente, cultural e educacional, a qualquer pessoa, sem nenhuma discriminação, gratuitamente, às pessoas carentes daquela comunidade, atendendo o que dispõe seus Estatutos.

Além das finalidades acima mencionadas, a Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, tem por objetivo a organização e desenvolvimento de programas educacionais, assistenciais, culturais, entre outros, voltados ao atendimento da criança, do adolescente, do idoso e nos programas de interesse público e da comunidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua política de ação, a Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e organismos públicos.

Como todos sabemos, não há justiça sem a lei, e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para minimizar o problema da classe menos privilegiada, seria propor a esta conceituada Casa de Leis a aprovação do presente projeto de lei.

##### PROJETO DE LEI Nº 274/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pro-

fessor Giampero Monacci - Ensino de 1º Grau, com sede à Rua dos Expedicionários, 357 - Itambé/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) DURVAL AMARAL

**JUSTIFICATIVA:**

A APM da Escola Estadual Prof. Giampero Monacci, com sede no Município de Itambé/PR, a exemplo de suas congêneres, vem desenvolvendo um importante trabalho junto àquele estabelecimento de ensino, desde o ano de 1995.

Com a participação em diversas campanhas do município, realização de diversos eventos de angariação de fundos, tem sido um importante elemento de alavancagem de recursos que beneficiam sobremaneira os alunos daquela instituição, através da aquisição de equipamentos que têm sido fundamentais para o bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem daquela população escolar.

**PROJETO DE LEI Nº 275/97**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Em toda Carteira Nacional de Habilitação expedida no Estado do Paraná deve constar, obrigatoriamente, no espaço destinado a observações, a informação sobre o tipo sanguíneo (A,B,O e RH) do portador.

Art. 2º - A informação de que trata o artigo anterior será fornecida pelo habilitado, através de exame laboratorial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

**JUSTIFICATIVA:**

A medida que estamos propondo tem caráter preventivo. Ainda é grande o número de acidentes, envolvendo veículos os mais diferentes, nas cidades e nas rodovias.

Evitar acidentes é a meta prioritária, seja através de ações educativas ou coercitiva (limites de velo-

cidade, proibição do uso de bebidas alcoólicas, etc.).

Mas, uma vez ocorrido o acidente, é fundamental a prestação de socorro médico. Neste caso, é decisivo o maior número de informações sobre os envolvidos no acidente.

Constar na Carteira Nacional de Habilitação a informação sobre o tipo sanguíneo (A,B,O e RH) é prática já existente no vizinho Estado de São Paulo e não demanda nenhum custo adicional aos órgãos responsáveis pela expedição do referido documento - cabe ao motorista habilitado fornecer a informação solicitada.

Considerando o alcance da medida que estamos propondo, confiamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acabei de distribuir uma mensagem que faço questão de ler na tribuna desta Casa.

(Lê):

"Era uma noite do dia 28 de maio de 1997. Estava com 20 anos, era feliz, saudável, amado por meus pais, irmãos, parentes e amigos, e eles sabiam que também eram amados por mim. Era uma noite de outono muito bonita, estava escuro, mas era muito bonita. Voltando da Faculdade, estávamos indo jogar futebol, quando fomos interceptados por policiais. Era uma noite muito linda. De repente, tudo ficou escuro, muito escuro... Eu tinha sido executado! Não haveria mais futebol, não me deram chance de defesa! Sempre respeitei as pessoas e de repente não fui respeitado. Meus pais, meus irmãos e minha namorada estavam me esperando, porém eu não poderia mais voltar, nunca mais voltar. A minha vida foi curta, mas nesta breve passagem pela Terra, eu fui muito amado por todos. Meu pai, minha mãe, meus irmãos, minha namorada: eu não vou mais retornar, estou na paz de Deus." (Rafael - 03.04.77).

Senhores Deputados, o pai, a mãe, irmãos e alguns amigos do Rafael encontram-se ao lado desta tribuna.

Senhores Deputados, chamo a atenção desta Casa para um fato grave que ocorreu recentemente, na noite do dia 28 de maio próximo passado: Rafael Rodrigo Zanella foi executado por policiais civis desta cidade. 20 anos de idade, morto com um tiro na cabeça por policiais civis. Foi o segundo assassinato dentro de 5 anos que ocorreu na Capital, ambos cometidos por policiais civis do Estado do Paraná. Policiais abordaram o carro "Escort" no qual estavam Rafael Rodrigo Zanella e mais três jovens: Marcos Valduga, Odair Ferreira da Silva e Wilson Jevard Júnior.

Na ocasião, naquele momento imediato a polícia afirmou que encontrou 500 gramas de maconha e um revólver no carro. Os rapazes negaram este fato, negaram que portavam armas, negaram que portavam drogas. E no entanto, os policiais civis que lá estavam, diziam que realmente existiam.

A mãe, Elizabeth Zanella, e seu pai que estão aqui presentes, desde o início negaram que o filho portasse armas, negaram que o filho consumia drogas. Inclusive, no jornal "O Estado do Paraná", a mãe chegou a dar um depoimento: "Meu filho foi executado covardemente. É melhor os bandidos estarem soltos e não ter polícia. Os bandidos roubam tênis e o carro, mas a polícia tira a vida". E isso tem ocorrido a nível nacional e aqueles que imaginavam que no nosso Estado não ocorria, não ocorrem por não tornarem público, mas nos bastidores da polícia sabemos que isso ocorre e é guardado em segredo.

Os rapazes foram abordados por policiais civis e junto estava um servidor público, que agora é o acusado de ter dado o tiro. Servidor público esse que portava uma carteirinha, aquelas carteirinhas que no jargão policial se chama de "alcagüetes" ou de "dedo-duro".

O que fazia este cidadão numa "blitz" da polícia civil, o que fazia ele armado, nessa "blitz"? Inclusive se fala em bastidores que como esse, existem mais de duas mil pessoas no Estado do Paraná portando esse tipo de carteirinha. E que estes portadores são futuros cabos eleitorais do Secretário de Segurança Pública. É o que se fala. Um homem como esse, sem nenhum preparo - ele e outros - sem ser poli-

cial, não deve atuar junto às delegacias. E a informação que temos que esse cidadão estava escalado no 12º Distrito Policial como homem que cumpria horário de trabalho, dando seus plantões e que lá ia cotidianamente substituir ou talvez cumprir algum horário de trabalho, que é o que ele fazia. Portanto, ele estava extrapolando a sua função de simples servidor público para a de policial, sem ter nenhum preparo.

Rafael Rodrigues Zanella era estudante de Biologia da Faculdade Espírita, e não tinha nenhum antecedente policial. E toda aquela acusação que foi feita - que portava arma e que portava droga dentro do carro - foi desmascarada quando ficou pronto o laudo policial, o laudo do ocorrido em si. Primeiro, demonstrou-se que a polícia civil mexeu na cena da execução, nem chamo de crime ou assassinato porque ele foi executado - o que já é um crime, o que já é um assassinato.

O estudante foi executado com um tiro na cabeça e foi provado que houve execução - no laudo - com um tiro na cabeça.

O autor do disparo, o servidor público Almiro Deni Schimdt - aquele que nem policial é - que diz a imprensa que está foragido. É o que se fala: a arma e a droga foram uma farsa montada, de acordo com o laudo pericial. Não portavam armas e nem tinham drogas, foram colocadas pelos policiais, que agora começaram com uma outra versão: a de que o tiro foi acidental. Se o tiro tivesse sido acidental, porque tiveram a preocupação de mexer na cena do crime? Bastaria ter assumido isso, desde o primeiro momento, e pedir perdão pelo crime à família e pedir ao Estado que indenizasse por essa incompetência desses policiais. Não, preferira mexer na cena do crime, para depois dizerem - agora com uma outra versão - do tiro acidental.

Não tinham consumido bebida alcoólica. A cena do crime - como eu disse - foi alterada e o tiro que o matou foi dado de cima para baixo e não na horizontal ou em outro sentido, o que significa que quem o executou estava numa posição mais elevada.

A "Folha de Londrina" de hoje já traz matéria que são depoimentos dos estudantes, dos outros dois estudantes que estavam presos e permaneceram pre-

sos por nove dias, como se tivessem culpa, sem nenhum antecedente, foram soltos agora: Marcos Valduga e Odair Ferreira. Eles estavam com o Rafael no carro. Eles afirmaram que receberam ameaças dos policiais e do Delegado Doutor Maurício Paulo. Segundo eles - é o que está escrito na "Folha de Londrina" - teria dito o Delegado para eles o seguinte: "É, moçada, foi uma 'cagada'. Foi, mas morto não fala. Então, vocês cuidem com o que vão falar, porque aquele não tem mais como falar a versão dele".

Eles têm que saber - este Delegado e os policiais - que o morto que não fala foi executado por eles, mas os vivos da família - os parentes e os cidadãos - se tornaram indignados com essa situação. Falarão e não se calarão, porque chega de impunidade neste País, chega de policiais incompetentes, e quando a polícia é incompetente, cabe ao Governo do Estado puni-los por serem irresponsáveis e aqueles que são assassinos, cabe ao Tribunal de Justiça - que esperamos que se faça justiça - junte e condenem aqueles que, sob o nome da lei cometem assassinatos e execuções por esse Estado afora, por esse País afora.

Dessa tribunal Senhor Presidente, quero solicitar a Vossa Excelência que, o mais rápido possível, instale a Comissão de Direitos Humanos aprovada nesta Casa - Comissão proposta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores e que aqui foi aprovada. Que instale, Senhor Presidente - solicito - imediatamente, a Comissão dos Direitos Humanos e que a Comissão se debruce já sobre este primeiro fato, na defesa dos direitos daqueles que ainda estão vivos, mas que tenha no Rafael o exemplo de como alguém foi executado e para que isso não se repita nunca mais, que esta Comissão contribua para punir aqueles que cometeram este crime.

Solicito aos Senhores Deputados a aprovação de um Requerimento de nossa autoria, que pede a apuração imediata - para o Secretário de Segurança Pública - e a punição daqueles que são responsáveis. Num primeiro momento, a punição administrativa com sindicância interna, auditorias e, provada a responsabilidade, o afastamento dos pêsimos policiais do quadro da Polícia Civil. Num segundo momento, que o Tri-

bunal de Justiça aja à altura do Tribunal e puna os assassinos de Rafael Rodrigo Zanella.

Concedo o aparte, pela ordem, ao Deputado José Tavares, e depois ao Deputado Ricardo Chab.

**O Sr. José Tavares** - Deputado Florisvaldo Fier, quero me solidarizar com o pronunciamento de Vossa Excelência e expressar aqui também a minha profunda indignação com este acontecimento, que não foi o primeiro e infelizmente não será o último, enquanto a polícia continuar se comportando dessa maneira.

Recordo-me que no meu primeiro mandato de Deputado Estadual, aí dessa tribuna onde Vossa Excelência se encontra, tive a oportunidade de viver um dos piores momentos da minha vida, quando levantava a minha voz para denunciar um crime tão chocante e vil quanto este que vitimou o estudante Rafael Zanella. Já se passaram muitos anos, e na época, o autor deste crime era também um "alcagüete", era um indivíduo que trabalhava como policial - contrariando na época, o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, que não permitia isso e não tinha o devido preparo que nós, cidadãos, esperamos de um servidor público policial - e bradamos na época. A vítima, na época, foi um jovem de São José dos Pinhais, com um tiro de calibre 12, pelas costas, quando este "alcagüete" fazia uma revista pessoal, uma busca pessoal neste rapaz.

De lá para cá, o que restou foi o que sempre acontece: sofrimento eterno da família e a indignação daqueles que de alguma maneira, tomaram conhecimento do fato, como eu. E agora estamos aqui novamente, conversando sobre questões como esta.

Há dois ou três meses - se não me falha a memória - houve um fato semelhante aqui em Curitiba. É uma sucessão de fatos e acontecimentos que só tem servido para nos chocar e indignar e nos diminuir como pessoas humanas. Por esta razão é que esta Casa, graças à iniciativa de Deputados como Vossa Excelência, graças à iniciativa e sensibilidade de Deputados como Anibal Khury, esta Casa está por criar a Comissão de Direitos Humanos, que será mais um espaço, mais um instrumento, mais um fórum de discussão,

de defesa e denúncia das violações dos direitos humanos aqui no nosso Estado.

Solidarizo-me com Vossa Excelência. Ontem, esta Casa já deve ter aprovado um Requerimento de nossa autoria, aplaudindo os peritos dos Instituto de Criminalística, pela elucidação da farsa, e quero aproveitar o seu pronunciamento para expressar o sentimento de que sou tomado: da certeza de que o novo Delegado Geral, Delegado Arthur Braga - que é meu colega da Escola de Polícia, e portanto o conheço profundamente - pelas posições que ele já está tomando, de rigor na apuração destes fatos e na punição destes criminosos, bandidos, liderados por uma pessoa que infelizmente também ostenta o título de Delegado de Carreira.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Concedo aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab - Ouço atentamente o depoimento de Vossa Excelência e tenho tido contato, nestes últimos dias, com a família Zanella e quero acrescentar algo no depoimento do senhor: que a mãe - que está sentada hoje conosco no plenário - é uma senhora que quer mostrar para as outras mães como é que se luta contra essa violência toda, essa mãe agora é ameaçada de morte e não se sabe por quem. Imaginem vocês, a mãe que tem o filho executado estupidamente, agora é ameaçada de morte, ao invés de receber proteção.

Vou mais além, só para acrescentar ao seu depoimento, quero colocar aqui o seguinte: o que esse "dedo-duro" - como foi citado por Vossa Excelência - constava da escala de plantão da Delegacia de Polícia. Segunda estava de plantão, terça ele folgava, quarta ele constava. Era um policial com arma na cintura! Quero ir mais além na minha indignação: quero deixar uma dúvida no ar para todos nós, companheiros Deputados desta Assembléia: o Paraná oficializou o "alcagüete"? O Estado do Paraná, infelizmente, oficializou o "dedo-duro". Por quê? Porque são os "dedos-duros" e informantes da polícia, com carteira de "Assessor de Segurança". Carteiras expedidas pela Secretaria de Segurança Pública.

Além desta morte, temos a morte de um outro rapaz em Colombo, domingo

pela manhã, executado com um tiro na cabeça e ninguém sabe ainda, a autoria. E esse executado em Colombo era um "assessor de segurança" e fazia o trabalho de policial. De repente, foi executado. Não se sabe se pelo trabalho prestado ou pelo trabalho que deixou de prestar.

Mas, infelizmente - é bom que se diga nesta Casa - há uma lei que proíbe - aprovada por esta Casa no Governo Richa - qualquer carteira expedida pela Secretaria de Segurança Pública. E hoje temos os "Assistentes de Segurança", os "Conselhos Comunitários de Segurança", carteirando. "Conselhos Comunitários de Segurança" fazendo ronda, cobrando de comerciantes uma segurança que o Estado não dá. E vou mais além: a coisa é tão séria hoje na Segurança Pública do Estado, que os Promotores Públicos querem entrar na justiça para garantir segurança nos municípios da Região Metropolitana.

Hoje à noite, em Araucária, haverá um ato público da sociedade pedindo segurança na Câmara Municipal. Então, Deputado Rosinha, a coisa vai mais além. Estamos muito mais além. Acho que esta discussão já deveríamos ter tido, nesta Casa. E, infelizmente, teve que acontecer o caso do estudante Zanella para trazermos isso à tona. Então, quero colocar aqui a minha insatisfação, a minha revolta como pai, a minha revolta como jornalista, a minha indignação como Deputado, com relação a essas carteiras que legalizam pessoas sem nenhuma estrutura, sem nenhum conhecimento, como se fossem as "otoridades", a quem o Senhor teme, Doutor Rosinha, a quem eu temo, a quem tememos! Porque outro dia, através de uma fotografia em uma lombada eletrônica, eu, mostrando na televisão, consegui descobrir que era um policial civil que dirigia um automóvel sem placas. Gente, onde é que vamos parar?

Obrigado, Deputado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção dos Deputados.

Para encerrar, quero ler a carta que o irmão do Rafael enviou ao Governador Jaime Lerner.

(Lê):

Curitiba, 04 de junho de 1997.  
Governador Jaime Lerner.

Não vou escrever nesta carta só o meu sentimento. Eu vou escrever o sen-

timento de todas as pessoas que conheciam o meu irmão **RAFAEL RODRIGO ZANELLA**.

Eu não estaria escrevendo esta carta se não tivesse certeza que meu irmão é um rapaz bom, trabalhador, honesto e muito querido por todos os familiares e amigos.

Eu imploro para que você melhore a segurança desse Estado. Porque se você não melhorar, como é que os jovens vão viver com medo da polícia? Eu tenho muito respeito pelo Senhor, mas se você não tomar uma providência, vou fazer uma campanha contra a violência existente neste Estado.

Gostaria que o Senhor visse a realidade e soubesse que não é só em São Paulo e Rio de Janeiro que acontece esta covardia. Eu estou escrevendo isso porque o meu irmão foi **executado** por policiais do 12º Distrito - Santa Felicidade - Curitiba. Ele foi morto por engano, e, colocaram maconha e armas dentro do carro dele para se justificarem. Mas, o que eles fizeram não tem justificativa.

Cada lágrima que cai do meu rosto parece uma pedra que cai na minha cabeça. E a ferida vai aumentando cada vez mais na minha cabeça.

Eu sei que é você tem o poder nas mãos e que é você quem pode salvar essa juventude. Eu não sei como é que eu devo reagir na frente de um policial. Ou eu corro e levou um tiro nas costas, ou eu fico que nem meu irmão e levo um tiro à queima-roupa na cabeça. Será que nunca vou poder sair para ir até o futebol sem ter medo de ser morto por um policial idiota que pensa que é o dono do mundo porque tem uma arma na mão???

Eu só queria poder esta neste momento brincando com meu irmão, mas eu sei que por causa de pessoas irresponsáveis isso eu não vou mais poder ter de volta. Sabe, eu tenho uma camisa do **RAFAEL** em casa com um pouco de sangue que saiu da cabeça do meu irmão. No velório a minha mãe tentava acordar o meu irmão, mas não tinha jeito. Os policiais tinham feito ele dormir tão profundamente que minhas mãos esfriavam ao encostar nele.

Eu vou fazer outras perguntas e desejo uma resposta. Por que os poli-

cias matam para depois saber quem era o rapaz???

Por que os policiais não deixam a imprensa falar com os rapazes que estão presos, se já foi comprovada a inocência deles???

Por que aqueles policiais saíram naquela noite com a intenção de matar alguém???

A última: por que os policiais mexeram no corpo do **RAFAEL**, se até uma criança como eu, sei que quando há vítima num determinado local só os peritos podem mexer na vítima e no local???

Obrigado.

JÚLIO CÉSAR ZANELLA 12 anos

Se você responder essas perguntas pela imprensa, estarei muito grato.

Meu endereço: Rua João Menegusso, 94 - CEP 82020-450 - Santa Felicidade - Curitiba-PR. FONE: 272-6392."

Para encerrar, quero dizer que a fibra que tem essa família, que viu a injustiça cometida, que foi vítima desta injustiça, essa fibra vem de encontro à necessidade de que essa sociedade, que esse País precisa, que é a fibra para se lutar contra a impunidade. Sabemos o quanto é difícil para se fazer isso. Acredito que essa família está buscando uma das suas últimas forças para acabar com a impunidade neste País.

E peço aos Senhores Deputados que se somem a essa família, contra toda e qualquer impunidade que existiu e que possa vir a existir e que a Comissão de Direitos Humanos passe a atuar com a mesma fibra desta família, para coibir qualquer tipo de injustiça na defesa dos direitos, direitos mesmo daqueles que por acaso tenham o seu passado comprometido. Pelo menos eles têm o direito de vida e o direito de se corrigir.

É isso, Senhores Deputados. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobre Colegas.

Ainda sobre essa questão que o Deputado Rosinha aborda aqui, e tendo em vista o que disse o Deputado Ricardo Chab: realmente existe aqui, Senhor Presidente, uma lei que foi sancionada pelo Governador José Richa, cujo autor desta lei é esse Deputado que vos fala neste momento.

Na época, levei a idéia por escrito ao Senador José Richa, porque era Deputado Federal na oportunidade, e o Senador Richa encampou esta idéia e transformou isso em lei, proibindo no território do Estado do Paraná a figura do "alcagüete", do "dedo-duro", do "agente colaborador". Fiz isso porque, quando em 74 assumi a Subdivisão de Londrina, tinha mais "alcagüetes" do que policiais de carreira, um verdadeiro escândalo, e a única forma de acabar com isso - porque isso, inclusive, comprometia muito a imagem de uma instituição que não é de uma ou outra pessoa, é do povo, que é a instituição policial. Então, o Governador Richa patrocinou essa lei - o Secretário era o Luiz Felipe Haj Mussi - e hoje temos uma lei no Paraná, só que infelizmente, Deputado Alborghetti, inclusive aquela que diz que matar é crime, é homicídio, dependendo do tipo do crime "qualificado", e no entanto, as pessoas continuam matando.

Então, apenas para demonstrar que mais uma vez esta Casa já, em determinado momento, se pronunciou, já dotou a sociedade de um instrumento, ela já bradou como brada hoje em nome de outras famílias, se indignou como se indigna hoje por outras famílias, mas infelizmente temos que reconhecer que tudo isso acontece em função do nosso tecido social humano: tem Delegado que presta, tem Delegado que não presta; tem Agente Policial Civil que presta, tem policial que não vale nada; e, em síntese, nos diferentes escalões, nas diferentes instituições, existe um percentual muito bom e uma minoria - lamentavelmente - de um tecido social da pior espécie e, dentro desta minoria incluo estes marginais, estes assassinos, estes bandidos verdadeiros que mataram covardemente este jovem estudante, Rafael Zanella.

O outro assunto, Senhor Presidente e nobres Colegas, que me traz à tribuna, é também para expressar aqui a minha indignação. Hoje pela manhã procurei o Deputado Anibal Khury e

consultei Sua Excelência para saber se ele poderia nos apoiar na idéia de convocarmos uma Sessão Especial desta Casa, em dia e hora de comum acordo entre o Presidente Anibal Khury e a Diretoria do Atlético, para fazermos aqui uma sessão em desagravo ao Atlético, Clube Atlético Paranaense. Porque pensando, analisando, refletindo e meditando sobre tudo que aconteceu com o Atlético Paranaense, cheguei a uma conclusão muito natural, muito simples, de profunda indignação ao que fizeram com o Atlético do Paraná.

Primeiro, o Atlético é uma instituição, uma entidade de direito privado, devidamente constituída, com estatuto próprio, com uma Diretoria e com seus associados. Qual é a função desta instituição de direito privado, chamado Clube Atlético Paranaense? É a prática do futebol, de diferentes modalidades esportivas, com sede na Capital do Estado, para atender seus torcedores e os seus associados. Portanto, uma atitude que deve ser analisada sob a ótica do Direito, que tem que ser analisada sob a ótica do Direito, não pode comprometer a história de um clube como o Atlético Paranaense, não pode jogar na lata do lixo o direito que têm milhares de associados e simpatizantes do Clube Atlético Paranaense - e dentre os quais me incluo.

Não podem ignorar a importância de um Estado como o nosso, o Estado do Paraná, não podem subestimar a capacidade e o direito que tem a sociedade curitibana de ter um clube com o nível de competitividade, como é o caso do Atlético Paranaense. Portanto, não podemos - em que pese todo o esforço que tem feito o Deputado Anibal Khury, como ex-Presidente do Clube Atlético Paranaense - nos restringir apenas no que foi feito até aqui, temos sim, que lotar este plenário com a torcida do Atlético, com os associados do Atlético, para mostrar ao Brasil, para mostrar à CBF, para mostrar aos juizes que cometeram esta injustiça contra milhares e milhares de torcedores de um clube popular como o Atlético, de cometer esta injustiça contra o povo do Paraná, contra a Capital do Estado do Paraná, que não aceitamos este tipo de jogo, não nos curvamos a uma decisão como esta no tapetão, e que aqui no Paraná as pessoas sabem reconhecer

quando erram, mas sabem também se indignar quando uma instituição como a do Atlético, que é propriedade do povo do Paraná, é vítima de uma injustiça como esta.

Portanto, estamos encaminhando, juntamente com o Deputado Anibal Khury, um Requerimento à Mesa, pedindo para que a Assembléia Legislativa do Paraná, em dia e hora de comum acordo entre o Presidente Anibal Khury e a Diretoria do Atlético, promova aqui Sessão Especial de desagravo ao Clube Atlético Paranaense, pela tremenda injustiça - para não usar outro termo - de que foi vítima por parte do Superior Tribunal de Justiça Desportiva no Rio de Janeiro. Sabemos que tudo que aqueles Senhores lá no Rio queriam era exatamente o que aconteceu, um grande pretexto, Deputado Ângelo Vanhoni, para poder reconduzir um clube carioca à primeira divisão no futebol brasileiro, às nossas custas. Não podemos aceitar isto, às custas da história, da tradição, da garra, do suor, da lágrima de um clube como é o Clube Atlético Paranaense.

Não podemos aceitar isso e nada melhor do que a sociedade paranaense, representada aqui pelos seus Parlamentares, para expressar este sentimento de indignação, e é por isso que estamos propondo esta Sessão Especial de desagravo à forma como trataram o Clube Atlético Paranaense, a maneira injusta como o Clube Atlético Paranaense foi tratado por alguns senhores lá do Rio de Janeiro - que aliás, Rio e São Paulo, neste País, parece que tudo tem que passar por Rio e São Paulo. Quando algo acontece além desses dois Estados, as consequências, lamentavelmente, são estas aí que estamos assistindo.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento).

Muito obrigado pelo aparte, Deputado José Tavares.

Acompanho o seu pronunciamento e antes, gostaria de manifestar a minha solidariedade aos parentes, aos amigos do Rafael, do rapaz que foi vítima de uma violência policial inaudita na Capital do Estado do Paraná.

Tenha da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - e espero que Vossa Excelência, na Presidência da

Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Deputado Rosinha, que fez um brilhante pronunciamento hoje, na defesa da integridade, da vida das pessoas da nossa cidade, dos cidadãos de Curitiba e do Estado do Paraná, para que não possam mais ser vítimas de tamanha violência como esta que foi feita com este rapaz no Bairro de Santa Felicidade, e que apurem as responsabilidades e comecem a investigar, apurar as responsabilidades daqueles que cometeram tal ato.

Então, vai aqui, em nome da Bancada do PT, a nossa irrestrita solidariedade à família e aos amigos daquele rapaz.

Mas, Deputado José Tavares, Vossa Excelência aborda um problema que temos acompanhado até o dia de hoje e com a felicidade do seu pronunciamento, saímos do silêncio e partimos para uma discussão pública de algo que é de interesse de grande parte dos habitantes da Cidade de Curitiba e do Estado do Paraná, para não dizer de todos os cidadãos de nosso Estado.

O Clube Atlético Paranaense vem, de algum tempo, tentando colocar o Estado do Paraná, através do esporte, no cenário nacional. A Diretoria do Clube Atlético tem feito um esforço muito grande para que este time - que tem uma torcida enorme na Cidade de Curitiba, uma torcida apaixonada - faz um esforço para construir um clube e ter uma presença no cenário nacional. Problemas aconteceram e o Tribunal de Justiça Desportiva procedeu um julgamento no que diz respeito à conduta por parte de Diretores, em especial do Presidente do Clube Atlético Paranaense, envolvendo vários clubes de futebol do nosso País. É assustadora a penalidade e o julgamento, a truculência do julgamento que aconteceu no Rio de Janeiro, na sede do Tribunal de Justiça Desportiva, da CBF, onde assistimos que, diante de todas as denúncias veiculadas pela televisão, de corrupção no esporte, o único clube atingido violentamente, sem provas de que o clube estivesse realmente envolvido em alguma irregularidade no Campeonato Nacional Brasileiro passado, ou na Copa Brasil, recentemente tivesse sido avocada para proferir tal sentença.

Nenhum bandeirinha, nenhum juiz, nenhum juiz de futebol brasileiro se-

quer foi indiciado, e no entanto, o Clube Atlético Paranaense, que representa milhares e milhares de torcedores que há muitos anos lutam para construir esta entidade, esse clube, do ponto de vista do esporte, foi punido. Foi praticamente banido do cenário do futebol brasileiro por um prazo de 364 dias. É claro que esse julgamento teve uma conotação política, e é evidente para todos nós hoje. E tenho visto até agora, e acredito muito mais na Diretoria do Atlético e o seu Conselho Deliberativo, abalados profundamente em função das denúncias, em função do processo que aconteceu, e da decisão que tomou o Tribunal - me parece que a Diretoria e o Conselho Deliberativo não tomaram ainda as medidas necessárias no sentido de resguardar os seus direitos - porque até agora, com exceção deste seu pronunciamento, que era também objeto da minha participação hoje da tribuna - não o farei porque Vossa Excelência ocupou o espaço de uma maneira correta e coerente a respeito do problema que vem afligindo milhares e milhares de torcedores - e digo que a Diretoria e o Conselho Deliberativo não agiu corretamente porque me parece que não se trata mais, Deputado Anibal Khury, que a torcida, os torcedores do Clube Atlético Paranaense promovam um ato público na Boca Maldita ou na Praça Afonso Botelho, no sentido de mostrar que a sociedade curitibana, ou para o resto do Brasil, que aqui no Paraná têm torcedores que estão inconformados com a decisão do Tribunal de Justiça.

Não me parece que o caso seja simplesmente que a Assembléia Legislativa, o que acho que pode ser feito de que marque uma Sessão Especial e que convide a torcida atleticana, convide a Diretoria do Atlético Paranaense, o seu Conselho Deliberativo, para estar presente nesse espaço que representa uma estrutura do Estado, que é o Parlamento. Parece-me que isto não basta só, acho que são algumas ações que precisam ser feitas. Hoje, no rádio, escutando a coluna do esporte, ouvi que agora, ao meio-dia, estava indo o Presidente do Conselho Deliberativo e um ex-Presidente do Clube Atlético Paranaense, Senhor Valmor Zimmermann, conversar com o Senhor Ricardo Teixeira, no sentido de fazer um apelo ao dirigente maior da CBF, para que reve-

ja a decisão draconiana que foi tomada contra um clube de futebol.

Deputado José Tavares, não basta somente a Assembléia Legislativa e os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, a classe política, dizer para o resto do Brasil que não aceita e está indignada com o que aconteceu com o Atlético; é preciso um gesto maior, é preciso que algumas ações sejam tomadas. E quero aqui sugerir que alguma ação de emergência seja tomada. Acho que não dá para deixar para marcar esta sessão para a semana que vem, ou para a outra semana - se for possível para amanhã; se não for possível para amanhã... mas que nós, Deputados Estaduais, preferencialmente - acho que isso está em defesa do esporte, não é em defesa de um clube, é em defesa de um direito, é em luta contra uma arbitrariedade. E aí queremos estar de braços dados com aqueles Deputados Estaduais que são torcedores do Paraná Clube - pentacampeão - que são torcedores do Curitiba Futebol Clube - um outro grande clube da Capital do Estado - do Londrina, e dos demais times; todos os Deputados do Estado do Paraná que representam o interior e têm os seus times nas cidades do interior do Estado: o Toledo, o Irati, o Apucarana, o Nova Esperança.

Sabe o que acho que precisa fazer, Deputado José Tavares? Precisa hoje sair daqui três, quatro Deputados simpatizantes dessa idéia e com vontade de fazer essa briga, sair daqui, telefonar para a CBF e marcar, dizendo que amanhã, ou sexta-feira, estarão lá na CBF junto com Deputados Federais, junto com dirigentes do Clube Atlético Paranaense, para exigir do Senhor Ricardo Teixeira a revogação imposta ao Clube Atlético Paranaense.

O Deputado Romanelli está dizendo que o Presidente não revoga, mas precisamos ter alguma forma de que um recurso possa ser interposto a essa decisão. Quando um criminoso comum é julgado numa instância menor de um Estado, de um pequeno Tribunal, no Estado do Paraná, ele tem ainda a possibilidade - mesmo depois de ter cometido um crime de morte - ele tem a oportunidade de arguir sua possibilidade de legítima defesa, até as últimas instâncias da justiça comum no nosso País.

Por isso, acho que, no meu entendimento, temos que ir ao Presidente da CBF, num primeiro momento, e depois do Presidente da CBF, devemos seguir outros caminhos, como o Ministro dos Esportes, e marcar uma audiência; ao Ministro da Justiça... Enfim, fazer com que o Clube Atlético Paranaense saiba que aqui, na Assembléia Legislativa, tem um corpo de representantes com mandato popular, que será uma fonte de recursos ou de possibilidades de luta, para que o Atlético volte a pertencer ao quadro de disputa do Campeonato Brasileiro e das competições a nível do Estado do Paraná, no próximo ano.

Se não fizermos isso, se apenas nos limitarmos a uma sessão para manifestarmos o nosso descontentamento e a nossa indignação - talvez isso seja muito importante - mas talvez não tenhamos dado um passo no sentido de uma pressão política justa, que é o que a classe política tem que fazer neste momento em defesa do Atlético contra uma das maiores arbitrariedades que já tive notícia na estrutura do futebol brasileiro.

Vossa Excelência está correto, mas acho que uma Comissão de Deputados deve hoje se dirigir ao Conselho Deliberativo, que se reúne e que saia daqui com uma proposta de encaminhamento de pressão a nível nacional, para reverter este quadro.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Concorde plenamente com Vossa Excelência, e é nesta linha, exatamente, a nossa posição e a do Deputado Anibal Khury, quando pela manhã decidimos encaminhar este Requerimento à análise do Plenário, propondo a realização de uma Sessão Especial de desagravo ao Clube Atlético Paranaense.

É com esse espírito, é para demonstrar àqueles que cometeram esta injustiça contra nós, aqui do Paraná, que não aceitamos e nem nos calamos, que continuaremos indiferentes a este absurdo, a esta arbitrariedade. É com este espírito, é com esta visão, é com este propósito que eu e o Deputado Anibal Khury decidimos convocar esta Sessão Especial de desagravo ao Clube Atlético Paranaense diante do absurdo que foi perpetrado contra esta agremiação,

por parte do Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Me permita só uma complementação? Só para análise.

(Assentimento).

Vejam bem Senhores, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais - é que no momento tenho visto a crônica nacional esportiva se pronunciar e todos são unânimes: o Juca Kfourri, os jornalistas nacionais, que acompanham o futebol, todos são unânimes contra a violência que foi imposta ao Clube Atlético Paranaense.

Então, se não fizermos um gesto que possa ter repercussão a nível nacional, não lograremos êxito numa possibilidade de reversão deste quadro. Por isso é preciso pensar em algo: que os Deputados Estaduais, Federais, vão ao Ministro, ao Presidente da CBF, ao Ministro da Justiça. Precisamos fazer barulho.

É isso que precisa ser feito na defesa dos interesses do Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sem dúvida.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

Só encareceria, se fosse possível, ser breve.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vou tentar ser breve como foi o Deputado Vanhoni, Deputado Tavares.

(Risos)

É que, na verdade, o Deputado Vanhoni fez um aparte, seguramente foi de noventa minutos, com direito à prorrogação.

Queria, Deputado Tavares, dizer o seguinte: que as palavras do Deputado Ângelo Vanhoni são extremamente apropriadas. O Deputado Ângelo Vanhoni é um político experiente e coloca com propriedade as alternativas que temos que ter.

Vossa Excelência está absolutamente correto ao propor esta Sessão Extraordinária, uma Sessão Especial desta Casa. E por incrível que pareça, hoje eu discutia com o Deputado Renato Adur, uma forma de encaminhar a manifestação desta Casa a favor do Clube Atlético Paranaense, Deputado Alborghetti, porque é muito interessante o Clube Atlético Paranaense. Tivemos na Presidência do Atlético, o Deputado

Anibal Khury - que está aqui presidindo esta sessão - e tivemos, na mesma época, o Presidente do Esquadrão da Torcida Atleticana, o ex-Vereador de Curitiba, o Doático Santos, que está ali na tribuna de honra desta Casa. O Atlético tem esta característica: de unir todos, indistintamente da sua cor partidária, da sua posição política ideológica, mas sobretudo a paixão por um clube de futebol, por um time que é o orgulho de todos nós, especialmente pelas últimas campanhas que vem fazendo.

Então, na verdade, quero crer o seguinte, Deputado Vanhoni - e nisso quero divergir - acho que estão esgotadas as possibilidades de conversar com esse Senhor Ricardo Teixeira. Na verdade, ele serve aos interesses e mostrou lá porque ele controla todo aquele Tribunal, que é seguramente um tribunal de exceção, ele está jactando da punição que deu aos dirigentes e especialmente ao Clube Atlético Paranaense. Seguramente, esta Casa aqui tem que fazer uma Sessão Especial, convocar todos os políticos paranaenses, os nossos Senadores, Deputados Federais, o Governador do Estado tem que se manifestar sobre essa questão, porque a nação rubro-negra é muito ampla, e mesmo que ele seja coxabranca, ele tem que se manifestar nesta questão, tem que estar solidário com um time que é paixão, é o maior clube de futebol do Paraná, tem a maior torcida e seguramente, Deputado José Tavares, esta Casa tem que aprovar um instrumento que peça a intervenção na CBF por parte do Ministro dos Esportes, o Senhor Edson Arantes do Nascimento. Não é com bajulação e com acerto de bastidor com o Senhor Ricardo Teixeira que vamos resolver isso.

Por isso, esta Casa aqui tem que manifestar de forma soberana a sua posição.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, da mesma maneira como agradeço o Deputado Ângelo Vanhoni e o espírito do nosso Requerimento - meu e do Deputado Anibal Khury - foi exatamente este: de, através do Poder Legislativo do Estado, que é um dos poderes da organização do Estado do Paraná, expressarmos a nossa indignação pela violência com

que um dos clubes mais tradicionais do nosso Estado foi tratado pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Rio de Janeiro.

Então, a maneira é esta, é nos reunirmos - não só nós, Deputados, como representantes do povo, mas toda a sociedade desportiva paranaense - para cada um dizer o que pensa a respeito do assunto, expressarmos este sentimento de indignação e de não submissão a esta violência que foi perpetrada contra um clube de futebol que nos orgulha muito, que é o Clube Atlético Paranaense!

Muito obrigado!

O SR. ALBANOR GOMES (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, só para fazer um registro da presença, nesta sessão, dos Vereadores de Araucária, José Bezerra, Luiz Cláudio Bote e Pedro Marcelino Moreira, da Câmara Municipal de Araucária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença do Prefeito de São João do Triunfo, que se encontra nesta sessão, o Senhor Luciano Richard.

Obrigado pela sua deferência, ilustre Parlamentar Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

São dois assuntos: primeiro, segurança e o outro se refere ao Senhor Deputado Anibal Khury.

Primeiro, o caso do jovem Zanello, que foi estupidamente assassinado por um canalha, por um imbecil, por um idiota, que não conhece a Constituição Brasileira, não sabe cantar o Hino Nacional, não sabe cantar o Hino à Bandeira do Brasil, não sabe quais as cores da Bandeira Brasileira, não conhece a Constituição que fez com os Senhores, que é a Constituição do Estado do Paraná! Identifica-se com uma carteirinha cretina, vagabunda, canalha, de "dedo-duro", se intitula "otoridade" - e não autoridade - car-

teiras estas espalhadas pelo Paraná com cunho político - cusparam na minha cara, cusparam se estiver mentindo, a minha cara é limpa, sou um Deputado independente - e que não nos dá a garantia e a certeza de vermos os nossos filhos em paz e em tranqüilidade de espírito.

Zanella saiu de casa, deixou a namorada; saiu, não bebeu, não usou drogas - foi feito um exame pelo Doutor Francisco, não tinha bebida alcoólica no organismo - não bebia, não fumava, ia para uma partida de futebol - como pode ir meu filho, como pode ir o filho do Deputado Anibal, do Deputado Luiz Carlos Martins, do Deputado Basílio, do Deputado Cezar Silvestri, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, do Deputado Ricardo Chab, do Deputado Edson Lino - o filho dele é amigo do meu filho.

Senhores, ele foi barrado, porque um idiota, um cretino, um canalha, um vagabundo, um ordinário, pensou que era um traficante de drogas: "Olha, aquele é um traficante!" Aí, chegaram no carro, deram um tiro, o menino se apavorou - é normal - deram um tiro no vidro, mexeram no corpo. A minha equipe de repórteres chegou no local na hora, foi a primeira a chegar no local, Deputado Ângelo Vanhoni - a minha máquina, que eu comprei, que é minha - na hora chegou no local, os policiais estavam mexendo no cadáver, já deu tempo de colocar a maconha no porta luvas - depois que viram a burrada - colocaram maconha no porta malas, jogaram revólver no colo do menino, deram um tiro na viatura para dizer que o menino tinha atirado na viatura.

Depois de toda a burrada, prenderam todo mundo, levaram para a Delegacia - morto não fala - deram um tiro no carro, na hora transformaram um jovem em bandido, em marginal. Fui para a televisão e disse: "Alguma coisa está errada". No outro dia, fui a televisão e disse: "Foi fabricado". O Deputado Ricardo Chab - nós, que somos os únicos do Paraná, que não somos picaretas de televisão, temos dois programas de maior audiência na crônica política e policial - desmascaramos o jogo. Xinguei, desabafei, chamei-os de cretinos, de canalhas, de assassinos, de covardes, e digo a senhora, mãe do Zanella - não sei se ela está aqui ou não - prestei uma homenagem a

esse menino, lendo a carta dele, com Milton Nascimento cantando "Coração de Estudante". Quando terminei o programa, recebi uma ameaça e o canalha deve ser algum "dedo-duro" ouvindo a minha voz, já deve estar telefonando para ele. Um canalha ligou para mim e disse que eu também tinha filhos. Eu tenho filhos, não estou preocupado, sempre oriento meus filhos. Veja bem, tenho quatro netos - avisei pela televisão - se acontecer alguma coisa com os meus quatro netos, para a minha filha, os meus filhos, em Londrina ou aqui, é "cobra mandada". Porque vejam bem, Senhores Deputados, os Senhores podem serem barrados em uma barreira, não se iludam, Senhores Deputados, eles colocam cocaína dentro do seu carro, eles assumem, eles são preparados para isso.

De 100%, 99,9% da Polícia do meu Estado presta, é a melhor polícia do Brasil, temos a melhor Polícia Militar do Brasil, no Paraná, temos o melhor Ministério Público, o melhor Poder Judiciário, temos a melhor Ordem dos Advogados, temos - como disse o Deputado Ângelo Vanhoni - os melhores times de futebol também do Paraná. Agora, se precavenham, temos que tomar uma atitude.

Não vou cantar aqui em verso e prosa, o menino está morto, deve estar numa galáxia muito linda, num hospital espiritual com médiuns, acredito que até o Doutor Leocádio esteja atendendo ele - sou um kardexistista - tenho certeza que entidades espirituais maravilhosas estão nesse hospital nesta outra galáxia, muito profunda. Quando ele sair desse hospital, ele vai começar a galgar os seus primeiros degraus da espiritualidade. Tenho certeza que o Zanella vai estar lá praticando o seu esporte, vai estar lá numa faculdade espírita muito bonita, ele está em paz. Podem ter certeza os pais do Zanella que ele está em paz. Ele está numa galáxia espiritual muito bonita.

Só espero que o Ministério Público, a quem tanto defendo, realmente faça com que esta quadrilha que matou este menino, faça valer, pelo amor a Cristo, que eles paguem em uma penitenciária. Já sou a favor da pena de morte, é um crime hediondo, mas se não querem a pena de morte, a prisão perpétua, com trabalhos forçados. Ninguém tem o direito de matar o filho de nin-

guém, ninguém tem o direito de rasgar a Constituição brasileira na cara das nossas famílias, ninguém tem o direito de rasgar a Bandeira do Brasil em cima do caixão de bandido! Temos sim, de nos orgulhar da nossa Constituição, da nossa Bandeira Nacional, em cima do caixão daqueles que estão erguendo os arranha-céus, daqueles que não têm escola para estudar, daqueles que não têm merenda escolar, daqueles que estão morrendo num Posto de Saúde! Dessa menina que foi assassinada ontem no Rio de Janeiro, com 12 anos de idade, com overdose de cocaína!

Por isso que sou a favor da pena de morte, para os crimes hediondos, aqueles que tiram a vida como tiraram do Zanella, daqueles que tiraram a vida do finado Deputado Heitor Alencar Furtado! Fui a terceira pessoa a chegar, Romanelli, no local do crime, em Mandaguari. Aquele que matou o sobrinho do Deputado Osvaldo Macedo, em Londrina - sabem quem descobriu onde estava o "dedo-duro" que matou o sobrinho do Deputado Osvaldo Macedo, que estava numa caminhonete em frente à Catedral de Londrina? Eu tinha sido recém eleito Vereador, e consegui descobri-lo. Matou estupidamente o sobrinho do Deputado Osvaldo Macedo com um tiro na cabeça.

Quantos não são assassinados neste País? Quantos e quantos? Está na hora de se reciclar a polícia. É muita polícia, Deputado Romanelli! É muita polícia! É Polícia Municipal, é Polícia Florestal, é Polícia Estadual, é polícia para cuidar do cachorro, é carrocinha, é o "diabo-que-o-carregue"! Basta uma polícia só, como existe nos países desenvolvidos e de primeiro mundo. Polícia tem que ganhar bem, tem que se pagar bem, tem que ter pelo menos o 2º Grau completo, tem que ter uma escola especializada.

Criei um projeto aqui, para se criar uma escola para a Polícia Civil em Londrina, uma em Cascavel, uma em Maringá, em todas as regiões do Paraná. Disseram que eu era louco da cabeça, que se gastava muito dinheiro.

Temos que repensar a polícia, reciclar a polícia, e que os canalhas que mataram este menino paguem pelo crime que cometeram! Bem entendido: é um desabafo! Estou com ânsia de vômito em falar neste caso. Este é o País da impunidade! Este País tem que "lavar a

cara" e "tirar a máscara"! Ou você endireita na bala ou você endireita no voto. Uma das duas coisas.

Segunda coisa - o Deputado Vanhoni não está aqui, mas me reporto ao Deputado Romanelli e ao Deputado Tavares - acho até muito bonito, viu Romanelli, fazer uma sessão, encher as galerias, aplausos... Acho muito bonito e aí vem todo mundo aqui e: "Oh!, Oh!, Oh!! Termina a sessão e continua tudo na mesma coisa! Sabe, Deputado Romanelli, o que precisa é acabar com essa CBF. Prender todo mundo. O que precisa, Senhor Romanelli, e sabem quem (e não posso entender que criaram uma Comissão em Brasília). Como é que chama o Deputado, meu amigo, um menino novo? Ricardo Gomide. Foi ao meu programa colocar o presidente do Vasco para ser presidente da Comissão (!!!?) O "cara" é o maior "171" do Brasil, o maior estelionatário do Brasil! O maior! Se colocar na área, tem muitacoisa para contar. Se mostrar um talão da SANEPAR, ele entrega tudo. Se mostrar um copinho d'água o homem já tem desinteria e vai para a UTI! Isto é ladrão! Muito bonito!

Concordo com o Deputado amigo, do desagravo que ele quer fazer aos Juizes do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, o STJD. Eles não conhecem o Paraná. O Paraná não é a "casa da mãe Joana"! O Paraná merece respeito. Aqui temos a Bandeira do Paraná! Não sou atleticano não, mas respeito o Atlético, pela garra da sua torcida. Os torcedores morrem pelo Atlético! Sou Londrina e sou "Coxa". Respeito o Paraná.

Agora, o problema é o seguinte: não importa quem é quem, o que fizeram com o Atlético... Não posso julgar o Senhor Mário Celso Petraglia, tenho por ele o máximo respeito. Para mim - o que vou dizer aqui, assino embaixo - foi a maior armação que fizeram para o Senhor Mário Celso Petraglia. Porque aconteceu um episódio aí, de uma transmissão, e ele foi brigar com o homem da "Rede Globo" do Senhor Roberto Marinho. Ali começou a história. Não estou aqui para defender ninguém, Senhor Romanelli. Agora, o que fizeram para o Atlético é covardia! O que fizeram poderiam fazer com o Irati, com o Cascavel, com o Londrina - que me coça a cabeça - com o "Coxa", com o Paraná, com o time do Deputado Basi-

lio, com o Cianorte Esporte Clube - eu era criança quando o Nogueira era técnico do Cianorte Esporte Clube, Vossa Excelência sabe, minha família toda é de lá. Tenho duas sobrinhas advogadas na sua cidade, são as duas maiores criminalistas daquela região.

Então, eu queria dizer: não importa, viu, Romanelli, não adianta lotar galeria, fazer carnaval, bandeira, nada! Tem que fazer o que o Deputado Anibal falou: fazer uma sessão de desagravo para esses caras respeitarem o Paraná, respeitarem o esporte do Paraná. Outra coisa, Deputado Romanelli: falta vontade política e vergonha na cara! Tem que fechar essa CBF, levar todo mundo para a água, pendurar todo mundo e começar a descobrir os grandes podres que estão acontecendo no futebol brasileiro.

Com aparte o Deputado Toti.

O Sr. Toti Colaço - Não tenho, por exemplo, absolutamente nada contra o Corinthians, apenas sou torcedor da torcida do Corinthians. Torço para a torcida do Corinthians. Se tivessem, por exemplo, cassado o direito futebolístico do Corinthians nessa decisão e não fizeram absolutamente nada! Não tiveram coragem, não tiveram peito, porque pegaram no mais fraco, no menor. Por que não pegaram o Corinthians também, então?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Por que não suspenderam o Presidente do Corinthians também? Porque não têm peito! E esses homens da CBF têm que aprender a respeitar o Deputado Anibal Khury, o Pessuti, o Plauto, o Reny, o Zuk, o Edgar, o Carlos Simões, todos os Deputados! Todos os Deputados que estão neste parlamento! Isso aqui não é brincadeira, não! O Estado do Paraná não é brincadeira!

Então, vamos nos levantar, vamos defender o Estado do Paraná, que para mim - me perdoem os senhores - é o melhor Estado do Brasil! Não tive o Paraná como berço, mas me orgulho e vou tê-lo como túmulo, se Deus quiser. Por isso que defendo o meu Paraná, defendo esta terra onde nasceram meus filhos, a minha esposa, os meus netos. O Paraná merece respeito desta quadilha que está dentro da CBF. O resto é resto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este fim de semana estive em São Paulo junto com o Presidente do PT no Paraná, Jorge Samek, com assessores da nossa Bancada, e vivi particularmente um dos momentos mais emocionantes da minha vida, desde que assistimos a fundação do Partido dos Trabalhadores, no Colégio Sion, em 1980, em São Paulo.

O companheiro Lula fez um pronunciamento que deve ficar na história deste País, e que, na verdade, só ele poderia fazer, uma pessoa que sintetizou em si mesmo, no seu próprio corpo, na sua própria existência pessoal, um momento de extrema importância da história do Brasil, período histórico, onde vimos pela primeira vez nesse século, aflorar a voz, a face dura e a beleza dos oprimidos, e Lula, sem dúvida, representa isso. É a primeira vez que a classe operária, os desempregados sofridos da periferia do mundo, ousam levantar sua voz, se organizar para construir uma nova utopia, o sonho de um País mais fraterno, de um País mais humano.

Não sei se estamos no final de um ciclo e o nascimento de outro. Mas os últimos acontecimentos que estamos presenciando, nos parece dizer que as elites que sempre governaram o Brasil, não podem mais aceitar esse avanço da luta social dos oprimidos e tentam encontrar todas as formas para destruir qualquer perspectiva de transformação e de avanço do movimento social.

Nunca, talvez em nossa história, se fez um ataque tão concatenado, de forma tão sofisticada contra um Partido que tem como o seu principal brilho a honestidade, a ausência de corrupção, o sacrifício de seus quadros. Perdemos tantos companheiros mortos, assassinados, lutamos por liberdade, por justiça, por fraternidade, e de repente assistimos a imprensa brasileira, o grande monopólio da comunicação, tentar de forma arquitetada, destruir aquilo que há de mais bonito na história desse século, talvez no mundo, que é o nascimento e a organização do Partido dos Trabalhadores.

Pega-se uma denúncia de três anos atrás, que não prosperou, uma

denúncia colocada justamente na época da disputa pela Presidência da República e tenta agora se resgatar essa denúncia para destruir esse projeto tão bonito, no momento em que o Presidente da República começa a dar sinais de esgotamento do seu projeto histórico: o Plano Real começa a cair nas pesquisas de opinião pública.

Em todo o mundo - na Europa, inclusive - o neoliberalismo começa também a definhar, trabalhadores vão às ruas, elegem um partido socialista como Primeiro Ministro; também em outros países, começa haver um avanço no setor mais progressista e uma decadência do neoliberalismo.

Na Argentina, milhões de desempregados. Foi feita uma pesquisa e 50% dos trabalhadores em Buenos Aires estão procurando emprego. Pode até estar empregado, mas é um emprego tão precário, que os leva a procurar outro, ou seja, a verdadeira face, a face cruel do neoliberalismo começa a aparecer na consciência popular. O Fernando Henrique começa a sofrer um desgaste político e daí vem uma arquitetura para tentar destruir qualquer possibilidade de oposição no Brasil nas eleições do próximo ano.

Para mim, parece que é isso que está acontecendo. Fernando Henrique quer ser candidato único, para ter certeza da vitória. E por isso ele precisa arquitetar métodos de destruição de qualquer perspectiva de criação de uma oposição consistente, que possa fazer frente ao projeto neoliberal no Brasil, no ano que vem. A única leitura possível de fazer, sobre os ataques violentos contra o nosso Partido e contra a nossa figura principal é essa. Basta fazermos uma análise, pequena que seja, do tipo de denúncia que se faz contra nós, denúncias que já caducaram há muito tempo.

Um filiado do PT, que foi demitido de uma das nossas Prefeituras - Paulo Tarso Wenceslau - é procurado por jornalistas e faz declarações, tentando envolver o companheiro Lula, o companheiro José Dirceu, a Direção do Partido, com relação às nossas Prefeituras, que as Prefeituras estariam beneficiando determinada empresa de consultoria e teriam pego dinheiro para repassar para as campanhas do PT.

Não há nenhuma prova sequer, apenas uma vaga denúncia, sem nenhuma

comprovação, e de repente, o maior estardalhaço deste ano se faz na imprensa. A cada dia o "Estado de São Paulo", a "Folha de São Paulo", o "Jornal da Tarde", os vários canais de televisão, o monopólio da "Rede Globo", tentando de todas as formas destruir uma das lideranças mais genuínas, uma das lideranças mais bonitas que se criou no País neste século - e não só no Brasil, mas em todo mundo. É preciso - e vamos fazer isso - responder a esta crueldade contra o nosso Partido, é preciso dizer e alardear aos quatro cantos do Brasil - e isso o Partido dos Trabalhadores começa a fazer - publicamos um jornal inteiramente dedicado - o jornal "PT Notícias" - para responder a estas bárbaras acusações que se faz contra nós, porque não podemos assistir passivamente a destruição de um projeto tão bonito como o nosso, onde ponto por ponto estamos mostrando a fragilidade, a inconsistência, o crime das denúncias que se faz contra nós.

É preciso que se diga que a empresa chamada CEPEM, de 46 contratos que ela realizou com Prefeituras Municipais em 93, apenas 1 - repito: de 46 contratos feitos pela CEPEM em 93, apenas 1 era com Prefeitura do PT. De 300 contratos feitos por esta empresa em 12 anos - repito: de 300 contratos feitos por esta empresa em 12 anos - apenas 7 contratos foram realizados com Prefeituras de vários Partidos. Destes 7 contratos feitos com as nossas Prefeituras, 4 foram suspensos pelas Prefeituras, suspenderam os pagamentos com relação à empresa. Algumas das denúncias que a imprensa, de forma falsa alardeia, diz respeito a municípios como São José dos Campos, onde o contrato foi feito por administração anterior ao PT, ou seja, a CEPEM tinha sido contratada pela administração anterior à administração da Ângela, do Partido dos Trabalhadores, antes de ela assumir o seu mandato como Prefeita.

Então, se fôssemos analisar este tipo de denúncia, nós... Só para se ter uma idéia, em 93 o PMDB fez 18 contratos com a CEPEM; o PSDB, 9; o PFL, 4; o PPB, 3; o PTB, 3; o PSDB, 2; o PL, 2; o PDT, 1; o PSL, 1; o PT, 1. Inclusive, a CEPEM colocou nos jornais que não poderia dar dinheiro para o PT porque as Prefeituras do PT sequer

pagam a CEPEM, não pagam a empresa porque estão questionando inclusive alguns contratos na justiça, como temos num quadro aqui no jornal. Uma série de valores estão sendo questionados dos valores contratados.

Então, é uma denúncia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não tem nenhuma sustentação e não tem nenhuma prova. Ao contrário, quando se faz denúncia com todo o tipo de prova, como é o caso da denúncia da corrupção na votação da emenda da reeleição, em que há fitas gravadas com depoimentos de Deputados do próprio Governo, a imprensa parece que tenta esconder das mais variadas formas, divulga quando é obrigada a divulgar e isso se apaga como se fosse uma coisa natural no nosso País, quando se trata de um Partido que busca a transformação social, vinculado às lutas sociais dos oprimidos, dos excluídos do mundo cruel, se alardeia de todas as maneiras. Não aceitaremos e vamos continuar o nosso combate, mostrando a verdade do nosso Partido, aliás, se pegarmos um pouco da nossa história, vamos verificar que até agora, todas as denúncias formuladas contra o nosso Partido, não tiveram consistência.

Vamos lembrar apenas de alguns exemplos do que aconteceu com o PT. Caso Abílio Diniz: no dia da eleição que perdemos para Collor de Mello, as televisões mostravam os seqüestradores com camisas de apoio ao Lula. Ficou completamente provado que nada tinha a ver com o nosso partido o seqüestro de Abílio Diniz. Quando foram assassinados dois trabalhadores, cortadores de cana-de-açúcar, o Deputado José Genoíno foi acusado de ser um dos que matou os trabalhadores. O maior escândalo se fez neste País, se fazia até análise técnica que o carro do Deputado passava quando foram alvejados os dois trabalhadores. Isto ficou claramente demonstrado o equívoco, a crueldade da denúncia que foi feita contra o PT. Caso Emílio Cordeiro, que todos conhecem; caso do Beca, que já foi provada na justiça a inocência do nosso vice-Prefeito de São Paulo, ex-Prefeito Eduardo; e que e repente se começa a remexer, por quê? Porque Eduardo é advogado de José Rainha, que ontem - pasmem os Senhores - foi condenado a 26 anos de cadeia, num júri absurdo, numa pequena cidade do Espírito Santo.

Este acontecimento também não é gratuito. Acho que ele marca um período histórico que as elites, não conseguindo mais esconder do povo brasileiro a fragilidade do seu projeto neoliberal, que coloca milhões de homens na exclusão social, desemprego, na miséria, concentra renda, concentra a propriedade da terra, no momento em que as massas populares começam a perceber a crueldade, o engodo desse projeto, as elites têm que destruir aqueles projetos alternativos a esse neoliberal, todo o projeto que busca uma sociedade mais fraterna, mais justa, com distribuição de renda, uma sociedade democrática.

Por isso, para nós, do PT, o ataque infundado contra o nosso Partido, contra a figura de Lula, a condenação de José Rainha ontem, a 26 anos, o assassinato de três sem teto num conjunto habitacional ocupado em São Paulo há muito tempo, tratado com naturalidade pelo próprio Governador do Estado de São Paulo, dizendo que o crime é inevitável, a banalização do sofrimento dos homens, tudo faz parte de uma tentativa de impedir o crescimento das oposições no Brasil.

Não vamos assistir calados a este novo ataque que se faz contra nós e vamos resistir de todas as formas, o próprio companheiro Lula está hoje participando de debates, de entrevistas na televisão - onde conseguir espaço - nos jornais, e o nosso Partido divulgando este jornal, porque não vamos aceitar este tipo de combate cruel que se faz para tentar destruir esta grande perspectiva de transformação social no nosso País.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

(Todas declinam).

Encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de

apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1409, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que assegura o funcionamento da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 230/97

##### P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo assegurar o funcionamento da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### PROJETO DE LEI Nº 230/97

##### P A R E C E R:

#### RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo assegurar o funcionamento da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, da nossa Capital.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Desde 1962 a Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, presta relevantes serviços a comunidade do Batel e região e agora esta mesma comunidade se encontra alarmada com a possibilidade de fechamento da escola, pois com o término do contrato de locação que a Escolinha Tia Paula tem com a Secretaria de Estado da Educação, houve solicitação da desocupação do imóvel pela proprietária.

A vasta justificativa da proposição em tela nos mostra uma grande afinidade entre os educadores da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz com os alunos e com as suas famílias, isto posto entendemos que seria um grande prejuízo para a educação do nosso Estado que uma entidade, com reconhecidos méritos, fechasse suas portas.

#### CONCLUSÃO

Assim sendo, pensando em beneficiar os alunos que usufruem na escola e no bem da educação no Estado do Paraná, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.06.97.

(a) IRINEU COLOMBO

Presidente e Relator

#### Aprovado.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

- Apenas para que se dê uma satisfação às pessoas que tomam as galerias, Senhor Presidente: dizer que este projeto é de sua autoria, e que nós relatamos, bem como a Comissão de Constituição e Justiça, dando o nosso parecer favorável.

Jamais poderemos admitir que no Estado do Paraná se feche uma escola. Queremos é que abram inúmeras delas, e que abram os números de vagas, porque ainda continuam faltando vagas em nossas escolas do Estado do Paraná.

Por isso, tem a aprovação da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade

Pública a Associação dos Agricultores e Moradores de Tijuco Preto, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 78, de 22.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 227/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado João Techy Filho tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Moradores de Tijuco Preto, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Linha Paraná, com sede e foro no Município de Prudentópolis, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 78, de 22.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 226/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado João Techy Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Linha Paraná, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Nova Galícia, com sede e foro no Município de Prudentópolis, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 68, de 13.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 210/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado João Techy Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Nova Galícia, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/97, que aprova ajuste do programa de obras no valor de R\$ 1.138.524,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil e quinhentos e vinte e quatro reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/97, que aprova ajuste do programa de obras no valor de R\$ 5.683.893,00 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e três reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.320.000,00 (oito milhões, trezentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DA C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há emenda. Emenda da Comissão de Finanças.

Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

**Aprovada.**

Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 432.600,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e seiscentos reais), ao vigente orçamento do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DA C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 26.670.000,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, empresa vinculada à Chefia do Poder Executivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DA C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/97, que autoriza o Poder Executivo a subscrever o aumento do capital social do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, até o montante de R\$ 11.801.000,00, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/97, de autoria do Poder Executivo contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, para execução do programa de modernização da Administração Tributária e Financeira, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, registrado o voto favorável da Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas ao mesmo tempo, de uma certa forma inconformado, porque o orçamento do Estado do Paraná está sendo adaptado a uma nova situação antes de julho, o que é uma situação incomum.

Normalmente, quando se pede verba de suplementação ou acerto das contas do orçamento, se faz em agosto, setembro, mais para o final do ano. Mostra, de certa forma, um descontrole na elaboração do orçamento. Gostaria de enfatizar isso para o Líder do Governo, Deputado Edgar Bueno, e diante da situação do quadro inflacionário equilibrado, teríamos condições evidentemente de fazer um orçamento que batesse com a realidade, e pelo menos 95% da realidade estar sendo fechado.

Então, vemos isso com preocupação, na medida em que a peça orçamentária está com defeito. A peça orçamentária, para o ano que vem, deverá ser feito um alerta, tem que vir com maior rigor de adequação por parte do Governo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1400, de autoria dos Senhores Deputados José Tavares e Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.**

Designo, após aprovação do Requerimento: terça-feira, às 17:00 horas, haverá uma intensa mobilização, porque nem um tribunal nazista teria coragem de fazer o que fizeram com o Atlético.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, gostaria de uma informação, que a Mesa Executiva pudesse me fornecer: se estavam hoje, ou foram passados outro dia, na votação, dois

Requerimentos do Deputado Caíto Quintana?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está aguardando Sua Excelência no Plenário.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria de saber de Vossa Excelência se um dos Requerimentos trata de esclarecimentos a respeito do contrato, de uma licitação por quinhentos e quarenta mil, para o resgate da CABRE, do "container" no Porto de Paranaguá, enquanto duas empresas ofereceram esses mesmos serviços por cento e trinta e oito mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Requerimento trata desta matéria, e será apreciado na segunda-feira, com a presença do autor.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Tudo bem, por que vamos respeitar o encaminhamento que Vossa Excelência está dando. O autor não está aqui, e quer defendê-lo, mas eu também gostaria de fazer a defesa deste Requerimento.

E me somarei ao Deputado Caíto Quintana para que o Superintendente do Porto de Paranaguá venha a esta Casa, explicar do porquê contratou uma empresa por quinhentos e quarenta mil, enquanto duas ofereceram o mesmo serviço por cento e trinta e oito mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É natural que o autor do Requerimento queira defendê-lo. Vamos ouvi-lo em conjunto.

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero registrar aqui, nas galerias de honra na nossa Casa nesta tarde de hoje, a Prefeita de Porecatu, Neuza Campos, acompanhada da sua equipe; e também do Diretor da Usina de Porecatu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Quero fazer um convite a todos os Deputados desta Assembléia Legislativa para participarem, agora,

às cinco e meia da tarde, no Palácio Iguazu, da assinatura de um protocolo de intenções, que o Governo do Estado do Paraná, o Governador Jaime Lerner, assina com uma indústria belga que vai implantar-se no Município de Ponta Grossa, gerando trezentos e cinquenta empregos, investindo trinta milhões de dólares nos seus empreendimentos.

Estão todos convidados a participarem do protocolo de intenções com o Governador Jaime Lerner.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria de saber, Deputado Plauto Miró, se após a assinatura deste acordo, teremos possibilidade de ter uma cópia do protocolo de intenções, entre esta empresa e o Governo do Estado, haja vista que outras cidades podem ter o sigilo destas operações pode prejudicar a negociação com outras empresas em outros municípios.

Então, gostaríamos de saber se poderão nos fornecer a cópia deste protocolo. Se assim for, gostaria de estar presente a esta sessão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - No momento oportuno, iremos encaminhar esse protocolo ao senhor, para que possa examinar e tirar as suas conclusões.

Não deixem de participar da assinatura deste protocolo, desta indústria que vai produzir carpetes e tapetes no Município de Ponta Grossa. Vamos comemorar juntos! É mais uma indústria no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do Prefeito de Ponta Grossa, nosso ex-colega, Jocelito Canto, desejando a Ponta Grossa, com as novas indústrias, que ela continue progredindo.

Jocelito Canto, estamos arrependidos de deixá-lo ser Prefeito de Ponta Grossa.

(Risos)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Além do ilustre Prefeito Jocelito Canto, em nossa cidade, se encontra em nosso meio também o nosso Secretário de Planejamento, João Carlos Gomes, que é o Gerente hoje, da Prefei-

tura de Ponta Grossa, conjuntamente com o filho do querido amigo Djalma de Almeida César, do Doutor Reinaldo de Almeida César, que nos honra também nesta tarde, juntamente com outros companheiros, Vereadores e lideranças de Ponta Grossa.

Quanto ao Deputado Vanhoni, quando requer realmente a cópia daquele protocolo que vai ser assinado, é só ele comparecer e ouvir a leitura do protocolo, que hoje vai ser assinado lá, naquele instante, assinado. E, Vossa Excelência vai ter a oportunidade de levar um gravador, dar uma de Juruna, e terá a oportunidade ter em mãos o documento necessário.

Acho que falta um pouquinho daquilo que sobra aos outros Estados da Federação, que quando os investimentos se assentam, realmente, têm que ser aplaudidos, e não criticados. Tenho certeza absoluta que a nossa cidade, como foi outro dia Cornélio Procopio, lá esteve o assentamento de indústrias, como está sendo lá em Cascavel - do Deputado Edgar Bueno - como está sendo feito em inúmeros quadrantes deste Estado, um investimento e oferecimento e emprego.

Deve ser realmente aplaudido. Sei que o Deputado Vanhoni falou de outra forma - entendendo o ilustre Deputado, conheço o Deputado e sei que não é esse o seu sentido.

Convido e ratifico que ele compareça lá nessa cerimônia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos nºs 1379 e 1380, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1381 a 1383, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1384, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1385, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1386, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1387, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1390, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1391, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1392, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1393, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1394, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1396 a 1399, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1401, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1402 e 1403, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 1404, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1405, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1406, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1407, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1408, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210, 226, 227 e 230/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 222, 254, 258 e 259/97.

Levanta-se a sessão.

**Transcrições:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1997.

**"A TELEPAR E OS DESAFIOS DE FHC**

Jornal 'Folha Paraná'

Álvaro Dias

Aceitei o convite do presidente Fernando Henrique Cardoso para assumir a Telepar com um desafio e um convite à aventura. Pela primeira vez ocupo uma função por nomeação. Ao longo de toda a minha vida política, ocupei todos os cargos -de vereador a governador do Estado - sempre através da legitimação do voto popular. Mas a confiança que tenho no rumo que o presidente vem imprimindo ao país e a vontade de contribuir com a minha parcela de colaboração foram elementos decisivos para que eu aceitasse participar da equipe de FHC.

Como empresa do sistema Telebrás, vinculada ao Ministério das Comunicações, a Telepar deve se inserir no gigantesco esforço para que o Brasil pise firme no futuro e lance as bases de sua integração no cenário mundial do século XXI. Este é o grande desafio que aceitamos e que promete um caminho de muito trabalho e esforço. Não é possível pensar o sucesso do projeto de reformar o Estado brasileiro sem que se invista pesadamente nas comunicações. Num mundo globalizado, a informação é vital. Da mesma forma

como as estradas foram determinantes para que, ao final do mundo feudal, o comércio pudesse se desenvolver e criar as novas formas produtivas que ensejariam o surgimento do Mundo Moderno, hoje são as novas 'estradas' da comunicação, as infovias, os satélites, as redes, que permitem a visualização de uma nova etapa na construção da história.

O presidente da República tem dedicado grande atenção a este tema. Não se trata apenas dos processos de privatização, ainda que este seja um passo importante para o desenvolvimento das comunicações no país. No entanto, ao lado das privatizações e da maior abertura aos mercados internacionais, o governo federal está efetivamente investindo recursos. Tomemos o caso da Telepar. Até o ano 2000, os investimentos alcançam cerca de R\$ 3,1 bilhões. Só neste ano, mais de R\$ 470 milhões estão garantidos. São investimentos concretos, obras reais, que ampliarão extraordinariamente a capacidade competitiva do Estado, além, e claro, de criar, direta e indiretamente, milhares de empregos. Não se trata, portanto, de simplesmente falar em modernidade e criar projetos e mais projetos na prancheta, sem jamais concretizar obra alguma. Não apenas no campo das telecomunicações, mas em muitos outros, o governo Fernando Henrique está investindo, apesar das dificuldades.

A 'reforma do Estado' não é, na perspectiva do presidente, simplesmente um 'enxugamento'. Não se trata de fazer valer a teoria do Estado mínimo, tão ao gosto dos neoliberais. Trata-se, sim, de romper a tradição de um passado colonial e patrimonialista, que foi construindo um Estado onipresente e, por paradoxal que pareça, ausente. Onipresente quando se trata de regular, fiscalizar, burocratizar, impor seu peso, enfim. Mas completamente ausente quando se trata de manter aqueles mecanismos de justiça social, distribuição de renda e assistência aos mais despossuídos. É essa inversão de valores que se pretende corrigir. Um Estado menor, mais 'enxuto', menos burocratizado, mais ágil e, ao mesmo tempo, um Estado atuante naquelas questões que são fundamentais, como educação, saúde, habitação, segurança, justiça social. Não

mais um Estado para os ricos, pois estes é que não precisam de Estado, mas para os que dele efetivamente necessitam - os fracos e despossuídos. A Telepar, acompanhando o esforço do presidente Fernando Henrique, está investindo num Brasil mais moderno, competitivo e integrado. Mas não se esquece de que o principal valor é o da justiça. Os investimentos feitos têm um profundo caráter social, não apenas porque possibilitam acesso mais efetivo e barato às comunicações, mas também porque dinamizam a circulação de riquezas, gerando empregos para milhares de paranaenses. Presidi-la é um desafio a mais para nossa vida política, mas é também uma grande aventura: a de poder participar da empolgante tarefa de construção de um Brasil mais dinâmico, respeitado e justo. Um Brasil que tem rumo.

♦ **ÁLVARO DIAS é ex-governador do Paraná e presidente da Telepar**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1997.

### "INJUSTIÇA

Jornal 'Folha de São Paulo'  
Juca Kfourir

Ivens Mendes foi banido do futebol. Nada mais justo.

Mário Celso Petraglia também. Bem feito, ninguém mandou aceitar chantagem.

Alberto Dualib pegou só dois anos de suspensão!

Por que, se Petraglia disse que mandaria 25 mil e Dualib 'um-zero-zero', quatro vezes mais?

Ou alguém acha que eram chaveiros, brindes, ou que ele não poderia dizer 'cem camisas' ao telefone?

Mais grave, porém, foi a pena imposta ao Atlético-PR, um ano suspenso.

Baseado em quê? Na manipulação do resultado do jogo contra o Vasco

pela Copa do Brasil? E por que o árbitro nem sequer foi a julgamento?

Admitamos que a justiça esportiva, deferentemente da justiça comum, possa mesmo trabalhar sem provas, só com indícios forte de que a ética esportiva foi ferida. Faz sentido, sem dúvidas.

Admitamos, ainda, que mesmo que o árbitro não tenha sido conivente com um esquema montado por Mendes e Petraglia, julgou-se a clara intenção de manipular o resultado. Pune-se, por isso, toda uma coletividade pela insânia de um cartola?

Vá lá que se aceite, em nome de um rigor inédito, exemplar, histórico.

E por que, então, pelo mesmo critério, deixar o Corinthians de fora? A troca de que Dualib e Mendes se acertavam? Pelos belos olhos de um e de outro?

E Zezinho Mansur, que nem sequer foi a julgamento?

Onde é que estamos, afinal?

Ora, ou só se pune diante da comprovação da manipulação, e aí nem o Atlético-PR nem Corinthians podem ser punidos antes da prova, ou pela presunção, e aí, no mínimo, ambos tem de ser suspensos.

Clama aos céus a burrice de tudo isso ser para devolver o Fluminense à primeira divisão. Não é possível que a desfaçatez chegue a tanto!

E, Por que, enfim, não se julgou nem a responsabilidade da cúpula da CBF?

Por ironia, na mesma quinta-feira do julgamento, aparecia a revista 'Placar' denunciando explicitamente o presidente Rico Terra, da Casa Bandida do Futebol.

Que, por sinal, mente ao insistir que Ivens Mendes só cuidava de arbitragens.

Nas últimas eleições da Federação Brasiliense de Futebol, em 96, Mendes sentou-se à mesa da entidade como representante da CBF, sendo portador de documento, assinado pelo presidente da CBF, que autorizava quatro clubes a participarem do pleito.